

A formação do arquiteto e urbanista: uma avaliação curricular pelos discentes e profissionais recém-graduados

The formation of the architect and urbanist: evaluation of the curricular structure by students and recent graduates

La formación del arquitecto y urbanista: evaluación de la estructura curricular por parte de estudiantes y recién egresados

Samantha Balleste¹

<https://orcid.org/0000-0002-8366-2928>

Bianca Herreira Capilheira²

<https://orcid.org/0009-0005-7000-5901>

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Pelotas, Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: samantha_balleste@hotmail.com.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Pelotas, Rio Grande do Sul – Brasil. E-mail: biancaherreira@hotmail.com.

Resumo

A literatura afirma que de todas as instituições deveriam ser organizadas coletivamente por todos os membros da comunidade escolar, ou seja, os gestores, professores e alunos. Entretanto, os currículos normalmente acabam sendo definidos apenas pelos gestores e professores. Assim, este estudo busca caracterizar a percepção dos discentes dos semestres finais da graduação e dos profissionais recém-graduados de um curso de Arquitetura e Urbanismo, sobre a estrutura curricular do seu curso, identificando aspectos que poderiam ser modificados. A pesquisa, do tipo qualitativa e quantitativa, é conduzida a partir de um estudo de caso: a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, localizada em Pelotas-RS. Como resultado, foram reveladas as percepções dos discentes e recém-graduados quanto à conformação curricular do curso, a adequação da composição curricular, a carga horária total, a distribuição das disciplinas e sua carga horária nas áreas de conhecimento específicas, de modo a melhorar a sua formação profissional.

Palavras-chave: Currículo. Formação. Arquitetura e Urbanismo. Discentes. Percepção.

Abstract

The literature states that all members of the school community, that is, managers, teachers and students, should organize the curriculum of all institutions collectively. However, the curriculum usually ends up being defined only by managers and teachers. Thus, this study seeks



to characterize the perception of students in the final semesters of graduation and professionals recently graduated from an Architecture and Urbanism course, about the curricular structure of their course, identifying aspects that could be modified. The research, qualitative and quantitative type, is conducted from a case study, the Faculty of Architecture and Urbanism of the UFPel, located in Pelotas - RS. As a result, the perceptions of students and recent graduates were revealed regarding the curricular conformation of the course, the adequacy of the curriculum composition, the total workload, the distribution of subjects and their workload in specific areas of knowledge in order to improve their professional training.

Keywords: Curriculum. Formation. Architecture and Urbanism. Students. Perception.

Resumen

La literatura establece que todos los miembros de la comunidad escolar, es decir, administradores, docentes y estudiantes, deben organizar el currículo de todas las instituciones de manera colectiva. Sin embargo, el currículo suele definirse solo por directivos y profesores. Así, este estudio busca caracterizar la percepción de los estudiantes en los últimos semestres de egreso y profesionales recién egresados de un curso de Arquitectura y Urbanismo acerca de la estructura curricular de su curso, identificando aspectos que podrían ser modificados. La investigación, de tipo cualitativo y cuantitativo, se realiza a partir de un estudio de caso, en la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la UFPel, ubicada en Pelotas-RS. Como resultado, se revelaron las percepciones de los estudiantes y recién egresados sobre la conformación curricular de la asignatura, la adecuación de la composición curricular, la carga total de trabajo, la distribución de asignaturas y su carga de trabajo en áreas específicas de conocimiento con el fin de mejorar su desempeño y capacitación.

Palabras Clave: Currículo. Capacitación. Arquitectura y Urbanismo. Estudiantes. Percepción.

1 Introdução

O ensino formal da arquitetura, de forma escolarizada, teve seu início na França no século XVIII. No Brasil, o histórico do ensino de arquitetura tem suas raízes fixadas no final do século XVII, no Período Colonial Luso-Brasileiro (MONTEIRO *et al.*, 2013). Nesta época, restrita à Arquitetura Militar, eram ministradas aulas de fortificação no Rio de Janeiro e na Bahia. Apenas no século XIX, em 1827, foi criado o primeiro curso de Arquitetura no Brasil, o então denominado Curso de Arquitetura da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro, o único do país por mais de 50 anos (NARUTO, 2006).

Na época da República Velha (1889 – 1930), começaram a surgir cursos de arquitetura nas Escolas Politécnicas e nos Liceus de Artes e Ofícios, que surgiram em uma busca de autonomia da profissão em relação às regras das Escolas de Belas Artes (SALVATORI, 2008; MONTEIRO *et al.*, 2013). O primeiro curso autônomo de arquitetura do Brasil, desvinculado

das Escolas Politécnicas e de Belas Artes, foi criado em 1930, na Escola de Arquitetura de Belo Horizonte, que, após federalizada nos anos seguintes, se juntou à Universidade Federal de Minas Gerais. A regulamentação do exercício profissional dos arquitetos (e urbanistas) no Brasil, no entanto, foi promulgada apenas em 1933 por Getúlio Vargas, pelo Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933 (BRASIL, 1933).

Observa-se que, enquanto no século XIX eram formados um número reduzido de profissionais arquitetos, a partir da metade do século XX esse número começou a aumentar devido à criação de novas escolas de arquitetura nas principais cidades do território brasileiro. Salvatori (2008) aponta que, no século XXI, esse número tem aumentado, e o crescimento das escolas de arquitetura (e urbanismo) está ocorrendo de forma quase exponencial. Em 1933, existiam somente quatro escolas de arquitetura no país. Em 1966, o número de escolas subiu para doze. A partir da década de 1990, o aumento foi mais marcado, subindo para 72 escolas em 1994, para 147, em 2002, e para 184 em 2008 (SALVATORI, 2008). Em 2015, os dados disponibilizados pela Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA) afirmam a existência de 466 cursos. Os dados atualizados de 2021, disponibilizados no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), apontam a existência de 784 cursos de arquitetura e urbanismo no país.

No entanto, ressalta-se que esse crescimento de oferta não refletiu em um aumento da qualidade do ensino. De acordo com Naruto (2006), o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil é quase que consensualmente considerado insatisfatório, e devido a isso, o seu currículo passou por inúmeras reformulações durante seu pouco tempo de existência. O autor destaca a importância das discussões sobre o currículo dos cursos de arquitetura e urbanismo:

“[...] Hipóteses e argumentos os mais diversos são mobilizados e discutidos por profissionais, acadêmicos e a sociedade; pedagogias e currículos são reformulados, novos cursos propõem métodos e currículos inovadores, propostas mais ou menos drásticas são implantadas e em seguida reformuladas. Há, pois, necessidade real de retomar, mais uma vez, essa problemática? Certamente que sim, porque esse movimento incessante de mudanças demonstra exatamente que, para além do próprio dinamismo da arquitetura como prática social, e apesar das incontáveis tentativas, existem problemas específicos de ensino de arquitetura que não estão sendo satisfatoriamente encaminhados” (NARUTO, 2006, p. 18).

Mizoguchi (2015) afirma que três agentes deveriam participar no debate para o estabelecimento dos requisitos necessários para a formação do arquiteto e urbanista: a

Sociedade, a Academia e a Profissão, cada um com contribuições próprias de sua área de competência. Analisando essas concepções, entende-se que o currículo deveria ser organizado coletivamente pelos membros da comunidade escolar, e, ao falar dessa comunidade, a literatura refere-se a todos: os gestores, professores, alunos e os demais indivíduos que fazem parte direta e indiretamente do processo educacional.

Desta forma, o problema central desta pesquisa se estabelece pela necessidade de mais discussões sobre a formação em arquitetura e urbanismo nesse novo milênio, que considerem não apenas a percepção dos gestores e professores, mas também dos discentes e profissionais egressos do curso recentemente, que façam parte do mercado de trabalho atual. Assim, este estudo se propõe a caracterizar a percepção dos discentes dos semestres finais da graduação e dos profissionais recém-graduados de um curso de Arquitetura e Urbanismo, sobre a estrutura curricular do seu curso. Caracterizando a percepção desses indivíduos quanto à conformação curricular do curso, a adequação da composição curricular, a carga horária total, a distribuição das disciplinas e sua carga horária nas áreas de conhecimento específicas, de modo a contribuir e melhorar a sua formação profissional.

1.1 O Currículo dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo

Mizoguchi (2015), que estuda especificamente a formação do arquiteto e urbanista, define o que se denomina currículo como o conjunto de conhecimentos, práticas, competências e habilidades necessários para se formar um arquiteto. Sacristán (2013, p. 19) complementa, afirmando que “[...] o currículo proporciona uma ordem por meio da regulação do conteúdo da aprendizagem e ensino na escolarização moderna [...]”.

Silva (2010) e Sacristán (2017) afirmam que o currículo não é uma listagem de conteúdos, mas um processo que envolve uma multiplicidade de relações abertas ou tácitas, em diversos âmbitos, que vão da prescrição à ação, das decisões administrativas às práticas pedagógicas. É um processo constituído por um encontro cultural, saberes, conhecimentos escolares obtidos na prática da sala de aula e em outros locais de interação professor-aluno que buscam forjar novos valores, condutas, hábitos e capacidades nos alunos, dependendo dos significados que ele organiza. Silva (2010) destaca que a seleção que constitui o currículo é o resultado de um processo que reflete os interesses particulares dos grupos dominantes, ou seja, dos professores e gestores, ficando assim os discentes sem participação efetiva nas decisões.

Amorim (2010) afirma que o currículo deveria contribuir para a plena construção da identidade dos alunos e, além disso, deveria também estimular as suas capacidades, as competências, o discernimento e a análise crítica. Lawson (2011) e Kowaltowski *et al.* (2011) complementam essa informação, e afirmam que a formação profissional do arquiteto e urbanista exige a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade, dado que as competências desses profissionais são de múltiplas procedências e sua formação e atuação envolvem o conhecimento de vários aspectos, como políticas públicas, arte, técnica, história, entre outros.

Atualmente, os documentos que constituem o marco legal e jurídico que regula a oferta e o funcionamento de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil são:

- a) Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 (BRASIL, 2007a), que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- b) Resolução CNE/CES nº 3, de 18 de junho de 2007 (BRASIL, 2007b), que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
- c) Carta da UNESCO/UIA sobre a educação dos arquitetos (UIA/UNESCO, 2011).
- d) Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010 (BRASIL, 2010), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, determinando os conteúdos curriculares e estabelecendo sua distribuição em conhecimentos profissionais e de fundamentação;
- e) Resolução CNE/CES nº 1, de 26 de março de 2021 (BRASIL, 2021), que modifica a redação do Art. 6º, § 1º da Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010, que define que os conteúdos curriculares do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo deverão estar distribuídos em dois Núcleos e um Trabalho de Curso.

Em relação à carga horária, a Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, define como carga horária mínima para os cursos de Arquitetura e Urbanismo 3.600 horas/aula. Esta resolução estabelece ainda que estágios e atividades complementares dos cursos de graduação não devem exceder vinte por cento da carga horária do curso. Mizoguchi (2015) destaca que “um mínimo de 50% da carga horária curricular total do curso de Arquitetura deva ser destinado ao trabalho de prática de projetos de Arquitetura, em todos os níveis”. O autor ainda afirma que conhecimentos de tecnologia, história, teoria e do papel social do arquiteto devem se ampliar e intensificar, integrando-se com o projeto.

2 Metodologia

De modo a atender os objetivos da pesquisa, é utilizada uma abordagem metodológica qualitativa e quantitativa e utiliza-se, como método de coleta de dados, um questionário. O questionário foi considerado como o método mais adequado para a investigação, pois permite a coleta de grandes quantidades de dados e possibilita a produção de generalizações (SOMMER & SOMMER, 2002). E, além disso, pode ser utilizado como um meio de levantamento qualitativo, pois tem a possibilidade da implementação de questões dissertativas, que permitem obter informações tal qual uma entrevista, considerada o método ideal, segundo Ludke e André (1986), para a realização de investigações científicas no âmbito da educação.

A pesquisa foi conduzida a partir de um estudo de caso (YIN, 2001), a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, localizada na cidade de Pelotas, RS. O questionário elaborado na pesquisa é composto por 11 questões, sendo 10 fechadas de múltipla escolha, com a utilização da escala de *Likert* de cinco pontos, e uma dissertativa. A técnica escolhida para aplicação do método é a feita *online*, em formulário do *Google Forms*, disponibilizado na página oficial do curso.

A elaboração do questionário foi orientada primeiro por questões sobre o respondente e logo por questões correspondentes aos objetivos do estudo. As três primeiras questões são sobre o perfil dos respondentes: (1) *Semestre do Curso*; (2) *Faixa-Etária*; (3) *Gênero*. As oito questões seguintes tratam da formação curricular do curso: (4) *Você considera a composição curricular do seu curso adequada?* (5) *Você considera a distribuição das disciplinas nos semestres do seu curso adequada?* (6) *Você considera a carga horária do seu curso adequada? (4.583 horas aula)*; (7) *Marque o tempo semanal no qual acredita se dedicar às atividades do curso*; (8) *Quais áreas de conhecimento em Arquitetura e Urbanismo mais te interessam?* (9) *Você considera adequada a carga horária das disciplinas do seu curso por área de conhecimento? a) Área de projeto e planejamento (1.632 horas), b) Área de representação (391 horas), c) Área de teoria e história (646 horas), d) Área de conforto ambiental e instalações (306 h), e) Área de materiais e técnicas da construção (340h), e, f) Área de sistemas estruturais (340 horas)*; (10) *Por que você considera a carga horária dessas áreas de conhecimento adequadas ou inadequadas?* (questão aberta); (11) *Qual a importância das atividades citadas abaixo para a sua formação profissional? a) Viagens de Estudo, b) Atividades de Formação Complementar, c) Formação Livre ou Opcional, e d) Estágio Supervisionado Obrigatório.*

Para a seleção dos respondentes, é adotada uma amostra de oportunidade, composta por pessoas dispostas a participar da pesquisa. Foram convidados a participar do estudo discentes do 7° ao 10° semestre e profissionais graduados em 2018 ou 2019. No total, 32 indivíduos aceitaram participar do estudo, quantidade que respeita a amostra mínima de 30 respondentes para a realização de testes estatisticamente significativos, de acordo com Rowntree (2018).

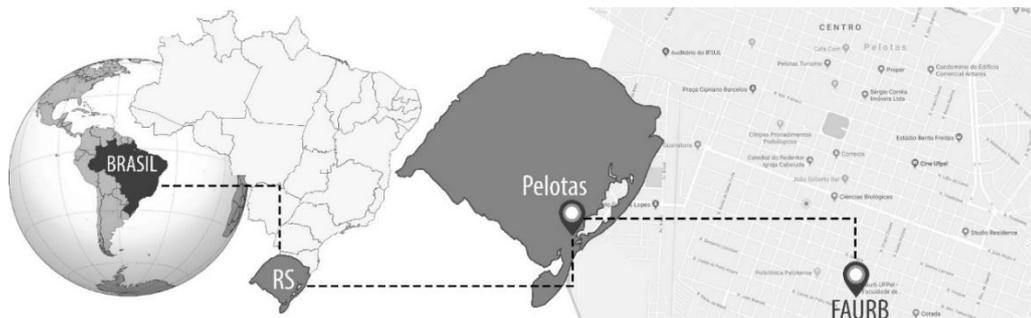
Após a aplicação, os dados levantados pelas questões fechadas foram introduzidos no programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*). Os dados foram analisados por meio de testes estatísticos não paramétricos. Os testes que indicam existência de correlação entre variáveis são considerados estatisticamente significativos quando o valor de significância (nível-p/sig.) for menor ou igual a 0,05. Para a análise das correlações foram considerados os seguintes intervalos: correlação fraca ($0 < \text{coef.} \leq 0,3$), correlação média ($0,3 < \text{coef.} \leq 0,5$), correlação forte ($0,5 < \text{coef.} \leq 0,7$), correlação muito forte ($0,7 < \text{coef.} \leq 0,9$) e correlação excepcional ($0,9 < \text{coef.} \leq 1,0$) (ROWNTREE, 2018). As perguntas abertas do questionário foram analisadas qualitativamente. A sistematização da análise dos conteúdos foi realizada por unidades de registro, constituídas na listagem das respostas para cada questão.

2.1 Objeto de Estudo

Como objeto de estudo é selecionada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), localizada na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil (Figura 1). Os principais fatores para a escolha do objeto de estudo foram: (a) a relação com a pesquisadora, visto que esta se graduou nesta faculdade, e (b) as constantes mudanças no currículo do curso sem a consulta de indivíduos fora do corpo docente.

Segundo o Projeto Pedagógico do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFPEL, 2016), o curso foi criado no dia 24 de novembro de 1971 pela Portaria n° 215 (UFPEL, 1971), e pertenceu inicialmente ao Instituto de Artes. Foi o segundo curso de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul e o terceiro da região Sul do País.

Figura 1 - Localização da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel.



Fonte: Autores, 2019.

As atividades foram iniciadas no primeiro semestre de 1972, com 35 vagas. As 59 disciplinas oferecidas correspondiam às matérias básicas do currículo mínimo de Arquitetura e Urbanismo, definidas pela Resolução CFE nº 3, de 25 de junho de 1969 (BRASIL, 1969), e totalizavam 3.795 horas. O curso passou por muitas mudanças desde sua inauguração, tendo seu currículo modificado pelos gestores, em concordância com os docentes, em 1974, 1983, 1987, 1996, 1997, 2005 e 2012. Em 2016, o currículo passou por sua última mudança, quando foi definido o Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo (PPCAU) da UFPel (UFPEL, 2016), elaborado de acordo às novas Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas na Resolução CNE/CES nº 2, de 17 de junho de 2010 (BRASIL, 2010), para a oferta dos Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

O currículo atual do curso possui carga horária total de 4.583 horas/aula, distribuída entre os Núcleos de Formação Específica (disciplinas obrigatórias), Disciplinas Complementares, Livres ou Opcionais, e pelo Estágio Supervisionado Obrigatório. As disciplinas são divididas em sete Áreas de Estudo: (1) Área de projeto e planejamento; (2) Área de representação; (3) Área de teoria e história; (4) Área de conforto ambiental e instalações; (5) Área de materiais e técnicas da construção; (6) Área de sistemas estruturais; e (7) Trabalho final de graduação. A carga horária das disciplinas de Formação Específica totaliza 3.961 horas (86,3% da carga horária total), a de Formação Complementar totaliza 200 horas (4,4% da carga horária total), a de Formação Livre ou Opcional totaliza 150 horas (3,3% da carga horária total) e o Estágio Supervisionado Obrigatório totaliza 272 horas (6% da carga horária total).

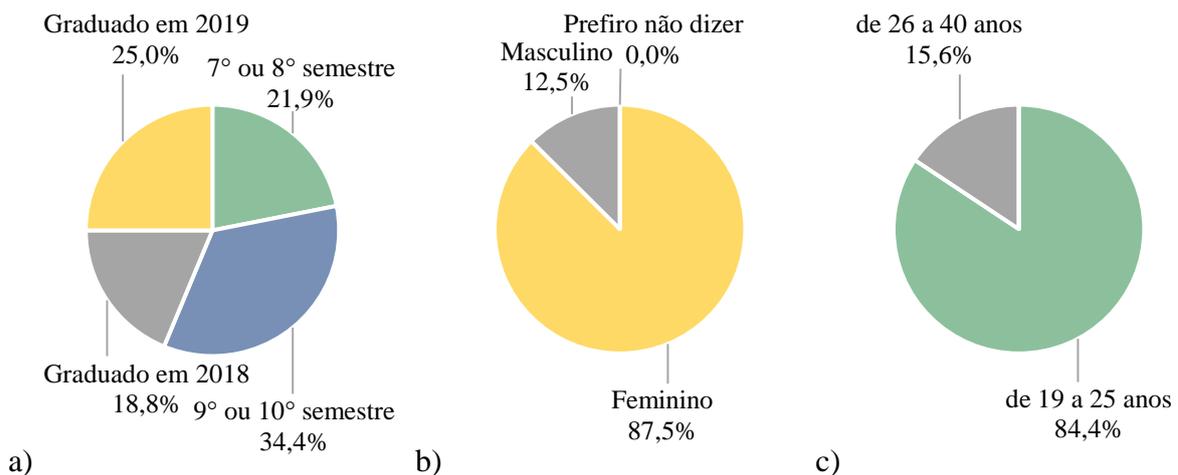
Atualmente, o Curso de Arquitetura e Urbanismo é a nível de bacharelado, com modalidade de ensino presencial, regime semestral, composto por 10 semestres. Ocorre em tempo integral, com turnos pela manhã e tarde, e algumas vezes à noite. O ingresso é semestral,

contando com 30 vagas pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) e 3 vagas pelo Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE UFPel), totalizando 66 vagas por ano. De acordo com o PPCAU (UFPEL, 2016), a FAUrb objetiva formar profissionais em Arquitetura e Urbanismo, definindo um perfil generalista, com visão plural e capacidade de trabalho ampla, que atendam às demandas que a sociedade faz à profissão. Um profissional flexível às novas circunstâncias de atuação, favorecendo a sua inserção nos diversos campos de atuação do arquiteto urbanista.

3 Resultados

Os resultados desse estudo foram obtidos por meio do questionário, que possui perguntas fechadas e abertas. A amostra compreendeu 32 respondentes, recém-graduados ou estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo, sendo sua maior parte estudantes do 9º ou 10º semestre (7º ou 8º semestre – 21,9%; 9º ou 10º semestre – 34,4%; graduados em 2018 – 18,8%; e graduados em 2019 – 25%) (Gráfico 1a). Como caracterização da amostra, destaca-se que 87,5% dos respondentes eram do sexo feminino e 12,5%, masculino (Gráfico 1b). E em relação à faixa-etária, 84,4% dos respondentes afirmaram ter entre 19 e 25 anos e 15,6 afirmaram ter entre 26 e 40 anos (Gráfico 1c).

Gráfico 1 – Caracterização da amostra: a) semestre do curso; b) gênero; c) faixa-etária.



Fonte: Autores, 2020.

Quando perguntados sobre a adequação da composição curricular do curso, a maior parte dos respondentes tomou uma posição neutra, apontando que não a consideram *nem*

adequada, nem inadequada (43,8%), enquanto uma segunda grande parte dos respondentes considerou a composição curricular do curso como *adequada* (37,5%) (Tabela 1). Também é importante destacar que 6,3% dos respondentes consideraram *muito inadequada* e 12,5% *muito adequada* a composição curricular do curso. Esses resultados demonstraram que existem pontos de percepções muito divergentes entre os participantes. E, além disso, evidencia a falta de interesse ou importância sobre o assunto por parte deles, que preferem se manter neutros e não se posicionar. Esse resultado pode, inclusive, justificar a baixa participação dos discentes na produção curricular dos cursos de arquitetura de modo geral. Se não há interesse por parte dos estudantes, que aceitam as decisões políticas e pedagógicas que lhes são impostas sem se posicionar, sem buscar que seus anseios também sejam considerados, acabam ficando cada vez mais de lado nas tomadas de decisões.

Assim como na questão sobre a composição curricular, os resultados da questão sobre a distribuição das disciplinas nos semestres do curso demonstram percepções divergentes. Quase metade dos respondentes mostrou positividade, e apontou que a distribuição das disciplinas é *adequada* (46,9%), e a outra quase metade se mostrou neutra, apontando ser *nem adequada, nem inadequada* (40,6%) (Tabela 1). Nos testes não paramétricos, não foi encontrada uma correlação estatisticamente significativa entre as percepções dos respondentes quanto ao grau da adequação curricular do curso com o grau da adequação da distribuição das disciplinas (Spearman, coef=0,271, Sig=0,133), ou seja, a distribuição das disciplinas nos semestres não influencia na percepção da adequação curricular do curso.

Tabela 1 – Tabulação das questões 4 e 5 do questionário.

Questão	muito inadequada	inadequada	nem adequada, nem inadequada	adequada	muito adequada	Total
4. Você considera a composição curricular do seu curso adequada?	2 (6,3%)	0 (0,0%)	14 (31,3%)	12 (18,8%)	4 (6,3%)	32 (100,0%)
5. Você considera a distribuição das disciplinas nos semestres do seu curso adequada?	0 (0%)	4 (12,5%)	13 (40,6%)	15 (46,9%)	0 (0,0%)	32 (100,0%)

Fonte: Autores, 2020.

Quanto à adequação da carga horária, que possui 4.583 horas/aula, 31,3% dos participantes a consideraram como *inadequada* e 26,7% como *nem adequada, nem inadequada*,

que totalizam, juntas, 58% de respostas neutras ou negativas. Essa avaliação pode ter ocorrido devido à elevada carga horária a que os participantes afirmaram se dedicar semanalmente para as atividades do curso. A maior parte dos respondentes afirmaram se dedicar *60 horas ou mais* às atividades de cunho acadêmico relacionadas ao curso (10 horas – 0,0%; 20 horas – 6,3%; 30 horas – 15,6%; 40 horas – 18,8%; 50 horas – 18,8%; e 60 horas ou mais – 40,6%).

Em análise, foi encontrada uma forte correlação estatisticamente significativa entre as percepções dos respondentes quanto à adequação da carga horária do curso e a sua dedicação semanal para as atividades acadêmicas. A correlação mostra uma tendência de que, quanto mais horas os respondentes dediquem semanalmente às atividades, pior avaliem a adequação da carga horária do curso (Spearman, coef=0,683, Sig=0,000). A frase a seguir, obtida na parte qualitativa do levantamento de dados, representa a percepção dos participantes do estudo:

É muito conteúdo jogado em pouco tempo sobre os alunos faz com que não tenhamos tempo de sobra para lermos e buscarmos conhecimentos fora da faculdade. A carga horária é muito rigorosa, ela deveria ser maior, mas desenvolvida em mais 1 ano de curso, para que algumas disciplinas pudessem ser trabalhadas mais a fundo, de modo que o estudante pudesse ter *tempo* livre para pesquisar mais sobre o que gosta, e para que ele se sentisse mais confiante sobre o que aprendeu. (Respondente nº 25).

A carga horária das disciplinas de Formação Específica do curso do estudo de caso (disciplinas obrigatórias) totaliza 3.961 horas (86,3% da carga horária total), sendo dividida em seis áreas de conhecimento em Arquitetura e Urbanismo, mais o Trabalho Final de Graduação. Assim, foi perguntado aos participantes quais dessas áreas de conhecimento mais lhes interessavam, para analisar suas percepções quanto à adequação da carga horária de cada uma dessas áreas de conhecimento. Nessa questão, foi permitido que os respondentes assinalassem mais de uma opção. Como resultado, foi obtido que a área de maior interesse dos respondentes é a de Projeto e Planejamento (31,9%), seguida pelas áreas de Representação (19,1%) e Materiais e Técnicas da Construção (19,1%). A área menos preferida dos respondentes refere-se à de Sistemas Estruturais, correspondendo a apenas 4,3% das indicações.

Com relação à carga horária das áreas de conhecimento, a área de Projeto e Planejamento (área de maior interesse dos respondentes), que possui a maior carga horária, correspondendo a 1.632 horas (41,6% da carga horária das disciplinas de Formação Específica), foi avaliada majoritariamente como *adequada* ou *muito adequada* (37,5% e 31,3%), totalizando 68,8% de avaliações positivas (Tabela 2).

Tabela 2 - Tabulação da questão sobre a adequação da carga horária nas áreas.

Questão 9: Você considera adequada a carga horária das disciplinas do seu curso por área de conhecimento?

	Projeto e planejamento (1.632h)	Representação (391h)	Teoria e história (646h)	Conforto ambiental e instalações (306h)	Materiais e técnicas da construção (340h)	Sistemas estruturais (340h)
muito inadequada	0 (0,0%)	0 (0,0%)	1 (3,1%)	2 (6,3%)	4 (12,5%)	3 (9,4%)
inadequada	4 (12,5%)	17 (53,1%)	5 (15,6%)	16 (50,0%)	18 (56,3%)	4 (12,5%)
nem adequada, nem inadequada	6 (18,8%)	8 (25,0%)	14 (43,8%)	11 (34,4%)	8 (25,0%)	6 (18,8%)
adequada	12 (37,5%)	7 (21,9%)	10 (31,3%)	3 (9,4%)	2 (6,3%)	19 (59,4%)
muito adequada	10 (31,3%)	0 (0,0%)	2 (6,3%)	0 (0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
TOTAL	32 (100%)	32 (100%)	32 (100%)	32 (100%)	32 (100%)	32 (100%)

Fonte: Autores, 2020.

Na avaliação da área de Representação, segunda área de maior interesse, a percepção da maior parte dos respondentes é de que sua carga horária de 391 horas (terceira maior carga horária por área, representando 10% da carga horária das disciplinas de Formação Específica), é *inadequada* (53,1%) (Tabela 2). De modo geral, os respondentes consideram que a carga horária desta área é insuficiente, e não corresponde às necessidades de formação de um Arquiteto e Urbanista na atualidade. A frase a seguir do Respondente n.º 23 representa a percepção dos participantes do estudo quanto à adequação da carga horária da área de Representação: “A área de representação deveria ter mais disciplinas e horas aula, o resto acho bem adequado, inclusive as disciplinas de teoria e história que são bem importantes no contexto em que estamos” (Respondente n.º 23).

A avaliação da área de Materiais e Técnicas da Construção, terceira área de maior interesse, segue o mesmo resultado da área de Representação, tendo sua carga horária de 340 horas (8,7% da carga horária das disciplinas de Formação Específica), considerada *inadequada* por mais da metade dos respondentes (56,3%) (Tabela 2). Neste caso, a maior reclamação, averiguada nas questões abertas é de que, com essa carga horária, não é possível ter a formação necessária para atuar profissionalmente.

Seguindo a mesma linha, na área de Conforto Ambiental e Instalações, quarta no ranking de interesse, metade dos respondentes considera *inadequada* (50%) sua carga horária de apenas 306 horas (menor carga horária entre as áreas, representando 7,5% da carga horária das disciplinas de Formação Específica), enquanto uma grande parte dos respondentes considera

A formação do arquiteto e urbanista: uma avaliação curricular pelos discentes e profissionais recém graduados

sua carga horária *nem adequada, nem inadequada* (34,4%) (Tabela 2). No total, são contabilizadas 90,7% de avaliações neutras ou negativas.

As frases a seguir, dos Respondentes nº 5 e nº 26, representam a percepção dos participantes do estudo quanto à adequação da carga horária das áreas de Materiais e Técnicas da Construção e Conforto Ambiental e Instalações:

A área de conforto, por exemplo, acho poucas horas pois ainda há um déficit de conteúdos. Já a área de materiais e técnicas, considero pouco pois acho que faltam práticas construtivas, para que o Arquiteto e Urbanista saia da Universidade sabendo como se faz, para poder exigir um melhor trabalho em suas obras. (Respondente nº 5)

Porque em instalações não é possível passar o conteúdo com clareza muitas vezes. Como a carga horária é pouca, muita matéria é dada rapidamente e sem o devido cuidado. Isso faz com que muitos estudantes não se sintam aptos a atuar sem o auxílio de outros profissionais de outras áreas, como engenheiros. (Respondente nº 26)

Com relação às áreas de menor interesse, a área de Teoria e História, com suas 646 horas (segunda maior carga horária, representando 16,5% da carga horária das disciplinas de Formação Específica), obteve majoritariamente avaliações neutras, seguidas pelas positivas. Uma grande parte dos respondentes avalia sua carga horária como *nem adequada, nem inadequada* (43,8%), seguida pela avaliação de *adequada* (31,3%) (Tabela 2).

Por fim, a área de Sistemas Estruturais, área de menor interesse, com carga horária de 340 horas, igual à área de Materiais e Técnicas Construtivas (que obteve avaliação de carga horária como *inadequada*), foi avaliada pela maior parte dos respondentes como *adequada* (59,4%) (Tabela 2). A única reclamação direta a essa área de conhecimento, que gerou algumas avaliações negativas - identificada nas questões abertas, relaciona-se à incoerência dos conteúdos ministrados nessa área de conhecimento, em relação as atribuições do profissional Arquiteto e Urbanista.

As frases a seguir, dos Respondentes nº 1 e nº 17, representam a percepção dos respondentes quanto à adequação da carga horária por áreas de conhecimento em Arquitetura e Urbanismo, de forma geral:

Acredito que o curso acabe por abordar demais algumas áreas que poderiam ser trabalhadas de forma mais objetiva ao longo da graduação, como teoria e história, por exemplo. Em decorrência disso, áreas tão (ou mais) importantes quanto a mencionada são pouco abordadas e ocasionam uma lacuna na formação do arquiteto, como: prática de construção (obras), projeto de instalações (pouquíssimo trabalho), materiais, conforto ambiental etc. Além disso, informações gerais sobre a atuação profissional do arquiteto e urbanista no mercado de trabalho devem urgentemente fazer parte da grade curricular do curso (projeto executivo, leis, aprovação, honorários etc.). (Respondente nº 1)

Porque depois que a gente se forma percebe que passamos o curso inteiro estudando conteúdos que não são práticos. As disciplinas práticas têm pouquíssimo tempo. Parece que o foco do curso é em mestrado e não na vida prática de um escritório de arquitetura. (Respondente nº 17)

Além das disciplinas de Formação Específica (disciplinas obrigatórias), a carga horária total do curso do estudo de caso também comporta Disciplinas Complementares, Livres ou Opcionais, pelo Estágio Supervisionado Obrigatório e por Viagens de Estudo. Assim, foi perguntado aos participantes sobre as suas percepções sobre a importância dessas outras atividades. De modo geral, todas as atividades citadas foram avaliadas como *importantes* ou *muito importantes* pelos respondentes (Tabela 3). Com destaque para as Viagens de Estudo e o Estágio Supervisionado Obrigatório, que obtiveram, respectivamente, 62,5% e 75% de indicações de *muito importante*.

Tabela 3 – Frequência de respostas da questão sobre a importância de determinadas atividades.

Questão 11: Qual a importância das atividades citadas abaixo para a sua formação profissional?				
	Frequência			
	Viagens de Estudo	Formação Complementar	Formação Livre ou Opcional	Estágio Sup. Obrigatório
muito pouco importante	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
pouco importante	4 (12,5%)	2 (6,3%)	2 (7,1%)	0 (0,0%)
neutro	2 (6,3%)	8 (25,0%)	8 (28,6%)	2 (6,3%)
importante	6 (18,8%)	11 (34,4%)	14 (50,0%)	6 (18,8%)
muito importante	20 (62,5%)	13 (40,6%)	4 (14,3%)	24 (75,0%)
TOTAL	32 (100%)	32 (100%)	32 (100%)	32 (100%)

Fonte: Autores, 2020.

4 Conclusões

Este estudo teve como objetivo caracterizar a percepção dos discentes dos semestres finais da graduação e dos profissionais recém-graduados do curso Arquitetura e Urbanismo, sobre a estrutura curricular e de ensino do seu curso. Pôde-se perceber, a partir dos resultados obtidos, que os discentes e recém-graduados do curso, voluntários a participar do estudo, não estão tendo suas necessidades acadêmicas efetivamente atendidas.

Na percepção dos participantes, há pontos que poderiam ser melhorados na composição curricular do curso, visto que ainda que há uma grande parcela de neutralidade. Há também uma considerável parcela de insatisfação na avaliação. As mesmas constatações foram encontradas em relação à distribuição das disciplinas nos semestres. No entanto, averiguou-se que a adequação da distribuição das disciplinas não influencia efetivamente na percepção da adequação curricular do curso. Os resultados encontrados estão em acordo com as afirmações de Silva (2010), quando destaca que a seleção que constitui o currículo é o resultado de um processo que reflete os interesses particulares dos grupos dominantes, neste caso, os gestores e professores, pois os interesses da parcela mais submissa, menos consultada na formulação dos currículos, os discentes, não estão sendo atendidos satisfatoriamente.

A percepção da adequação da carga horária dedicada ao curso é majoritariamente negativa ou neutra, sendo influenciada pelo tempo de dedicação semanal dos discentes às atividades do curso. Quanto mais horas os estudantes dedicam semanalmente às atividades, dentro e fora da sala de aula, pior avaliam a adequação da carga horária do curso. A carga horária do curso em estudo possui 4.583 horas/aula, 983 horas/aula a mais que o mínimo exigido pela Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Neste momento, a seguinte questão de Montaigne emerge: uma cabeça cheia vale mais do que uma cabeça bem-feita? Salienta-se que, na percepção dos alunos, a carga horária seria apenas adequada se não houvesse tantos trabalhos em horários extraclasse a serem realizados.

Com relação à carga horária das áreas de conhecimento, os participantes percebem apenas a área de Projeto e Planejamento e Sistemas Estruturais como adequadas. As demais, de Representação, Teoria e História, Conforto Ambiental e Instalações e Materiais e Técnicas da Construção, são percebidas majoritariamente como inadequadas. O que se concluiu com os resultados obtidos é que os discentes e recém-graduados percebem um excesso de carga horária nas disciplinas da área de História e uma carência nas demais, principalmente na área de Materiais e Técnicas da Construção. Salienta-se que um dos problemas mais destacados pelos

participantes é a falta de carga horária de conteúdos práticos, uma questão que poderia ser resolvida com mudanças internas de ordem estrutural nas disciplinas.

Para os participantes do estudo, as viagens de estudos, as atividades de formação complementar, de formação livre ou opcional, e o estágio supervisionado obrigatório são muito importantes para sua formação. Os participantes salientam fortemente a importância do estágio obrigatório para suprir as deficiências dos conteúdos práticos nas disciplinas do curso.

Os resultados aqui encontrados vão ao encontro das afirmações de Naruto (2006), de que o ensino da arquitetura no Brasil é considerado insatisfatório. As considerações apontadas nos resultados desse estudo sinalizam a necessidade de se repensar a formação oferecida pelo curso de Arquitetura e Urbanismo em estudo, assim como, possivelmente, dos demais cursos de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, levando em consideração não apenas a percepção dos gestores e professores, mas também dos discentes dos cursos e dos profissionais egressos do curso recentemente, que fazem parte do mercado de trabalho atual.

Verificou-se que o currículo e projeto pedagógico determinado pelos gestores e professores do curso em estudo não satisfazem as necessidades dos seus discentes. Sendo assim, conclui-se ser essencial, para mudanças curriculares futuras, a consulta perceptiva da classe discente. Ademais, ressalta-se novamente a importância de o currículo ser organizado coletivamente pelos membros da comunidade escolar, sejam os gestores, professores, alunos e todos os outros indivíduos que fazem parte direta e indiretamente do processo educacional.

Referencias

AMORIM, A. L. N. de. Educação infantil e currículo: compassos e descompassos entre os aspectos teóricos, legais e políticos. **Revista Espaço Currículo**, v.3. n. 1, p. 551-461, mar./set. 2010.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 3, de 25 de junho de 1969**. Fixa os mínimos de conteúdo a duração do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 1969 Disponível em:

<http://normativos.confea.org.br/ementas/imprimir.asp?idEmenta=36440&Numero=>. Acesso em: 6 nov. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 1, de 26 de março de 2021**. Altera o Art. 9º, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2019 e o Art. 6º, § 1º da Resolução CNE/CES 2/2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2021. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2021-pdf/175301-rces001-21/file>. Acesso em: 17 jun. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 2, de 17 de junho de 2010**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5651-rces02-10&Itemid=30192. Acesso em: 27 fev. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília, 2007a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 3, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília, 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_07.pdf. Acesso em: 27 fev. 2019.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933**. Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor. Brasília, 1933. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23569.htm. Acesso em: 25 fev. 2019.

CADASTRO E-MEC. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 fev. 2019.

KOWALTOWSKI, D.; MOREIRA, D. de C.; PETRECHE, J.; FABRÍCIO, M. (org.). **O processo de projeto em Arquitetura**. 1. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LAWSON, B. **Como os arquitetos e designers pensam**. Tradução: Maria Beatriz Medina. 4. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MIZOGUCHI, I. **A formação do arquiteto**. 1. ed. Porto Alegre: Corag/CAU-RS, 2016.

MONTEIRO, A. M. R. G.; GUTIERREZ, E. J. B. G.; MARAGNO, G. V.; SANTOS, W. R. dos; (org.). **A construção de um novo olhar sobre o ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: os 40 anos da Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: ABEA, 2013.

NARUTO, M. **Repensar a formação do Arquiteto**. São Paulo: 2006. 129 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ROWNTREE, D. **Statistics without tears: An Introduction for Non-Mathematicians**. International Edition. Londres: Penguin Books, 2018.

SACRISTÁN, J. G. (org.). **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª Ed. Grupo A Educação, 2017.

SACRISTÁN, J. G. **Saberes e Incertezas sobre o Currículo**. Tradução: Alexandre Salvaterra. Editora Penso, 2013.

SALVATORI, E. Arquitetura no Brasil: ensino e profissão. **Arquitetura Revista**, v. 4, n. 2, p. 52-77, jul./dez. 2008.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 3. ed., 2010.

SOMMER, R.; SOMMER, B. **A practical guide to behavioral research**: Tools and techniques. Fifth Edition: Oxford University Press, USA, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Pelotas, 2016. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/faurb/files/2018/04/PPC-Arquitetura-e-Urbanismo_2016-31-05-_3.pdf. Acesso em: 6 nov. 2018.

UIA/UNESCO. **Carta para Formação dos Arquitetos**. Tóquio, 2011. Disponível em: <http://www.abea.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Carta-UNESCO-UIA-2011.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2018.

YIN, R. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. GRASSI, D. (trad.). 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Enviado em: 25/6/2021

Revisado em: 20/6/2022

Aprovado em: 30/6/2022